

País precisa de US\$ 59 bilhões para fechar contas

Forte saída de divisas e perda de crédito põem em dúvida poder de pagamento sem grave redução de reservas

RIBAMAR OLIVEIRA
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA - O Brasil vai precisar de US\$ 58,85 bilhões em financiamentos externos para fechar suas contas em 1999. Esse montante é inferior ao de anos anteriores, mas a forte saída de divisas em dezembro e janeiro e o fechamento das fontes de crédito para o País colocam uma interrogação sobre a capacidade de pagamento de todas as obrigações sem que ocorra uma redução significativa das reservas internacionais. Os analistas são unânimes em afirmar que as contas não fecharão, se a sangria de divisas não parar e se os fluxos de financiamentos normais não forem restabelecidos, como, por exemplo, a renovação dos empréstimos às empresas privadas.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, tem outra visão. Para ele, apenas os investimentos diretos estrangeiros previstos para este ano, somados às reservas do País e aos recursos do pacote US\$ 41,5 bilhões coordenado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) serão suficientes para fazer frente às necessidades de financiamento externo do Brasil. "Temos condições de fazer os pagamentos", disse.

No total dos US\$ 58,850 bilhões, não estão incluídas as possíveis perdas de linhas de financiamentos às exportações e às importações, que Altamir Lopes garante que estão sendo integralmente renovadas. Mas, em palestra realizada para investidores estrangeiros em setembro do ano passado, no auge da crise da moratória russa, o então diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, chegou a admitir uma redução de US\$ 2,13 bilhões nessas linhas. Se esse cenário se confirmar, as necessidades de financiamento atingiriam US\$ 61 bilhões.

Para financiar esses compromissos, o País contará inicialmente com os investimentos estrangeiros diretos. No acordo com o FMI, o governo brasileiro admitiu queda desses investimentos este ano, que passariam de cerca de US\$ 24 bilhões, registrados em 1998, para algo em torno de US\$ 18,8 bilhões. Mas a forte recessão econômica que os analistas estão prevendo para a economia brasileira neste ano, principalmente depois da desvalorização do real ocorrida na semana passada, poderá afetar negativamente este fluxo.

As privatizações dos setores elétrico e de saneamento básico poderão, no entanto, estimular os



Malan deixa o Palácio da Alvorada, pouco antes da viagem aos EUA: explicações ao FMI, Bird e Tesouro americano sobre as medidas adotadas pelo Brasil

Wilson Pedroso/AE

À ESPERA DOS DÓLARES

Necessidades de financiamento externo do Brasil em 1999

Déficit em conta corrente	US\$ 26 bilhões
Total das amortizações	US\$ 6,712 bilhões
Setor público	
Setor privado	US\$ 26,138 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil e acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI)

cluir os US\$ 9,3 bilhões do pacote de financiamento externo que já foram liberados, devem ter fechado em torno de US\$ 34 bilhões.

Até o dia 15 de janeiro, saíram do País cerca de US\$ 5,3 bilhões. Com isso, as reservas líquidas brasileiras estavam, ao fim da última sexta-feira, em torno de US\$ 29 bilhões, segundo estimativas de vários bancos brasileiros consultados pelo Estado. O acordo do Brasil com o FMI prevê que quando as reservas líquidas chegarem a US\$ 20 bilhões, o acordo financeiro será revisto e o País enfrentará, então, a difícil situação de ter de renegociar novas condições com seus credores.

Essa exigência foi colocada no acordo porque os países credores não estão dispostos a emprestar dinheiro ao Brasil para financiar a fuga de capitais privados. Isso é o que está acontecendo, de acordo com fontes da área bancária. Essas fontes dizem que os recursos já liberados pelo FMI e pelo BIS foram utilizados para amortizar dívidas em dezembro e no início de janeiro. Embora possa utilizar o dinheiro do pacote de US\$ 41,5 bilhões para pagar suas contas externas, o governo brasileiro não pode contabilizar esses recursos como reservas líquidas.

As necessidades de financiamento externo podem, no entanto, ser ainda maiores, pois existem sérias dúvidas sobre a possibilidade de o Brasil reduzir o seu déficit em conta corrente do balanço de pagamentos (que registra todos as despesas e receitas com o comércio exterior e com serviços). Esse déficit ficou em torno de US\$ 34 bilhões em 1998. Como a meta é reduzi-lo para US\$ 26 bi-

A TÉ
SEXTA-FEIRA,
BRASIL PERDEU
US\$ 5,3 BILHÕES

lhões, o esforço seria então de US\$ 8 bilhões. Mas alguns analistas acreditam que a desvalorização ajudará o Brasil a reverter o déficit de sua balança comercial de US\$ 6,4 bilhões no ano passado para um superávit expressivo este ano. Essa virada tornaria viável a obtenção do superávit comercial de US\$ 2,8 bilhões previsto no acordo com o FMI.

PRIVATIZAÇÃO
DEVE
INCENTIVAR
INVESTIMENTOS

ingressos de investimentos externos diretos.

Ao elaborar o orçamento da União deste ano, o governo previu uma receita de R\$ 20 bilhões com as privatizações e a expectativa é que boa parte desse dinheiro venha do exterior, principalmente durante a desestatização do setor elétrico.

Os investimentos externos em portfólio (bolsas de valores) são imprevisíveis. Até novembro de 1998, essas aplicações apresentaram um saldo negativo de US\$ 691 milhões em comparação com o ano anterior. Os lançamentos de títulos de empresas estatais e privadas lastreados em ações (American Depository Receipt, ou ADR) renderam ao País cerca de US\$ 3,6 bilhões em 1998. Essa forma de captação externa, como também as outras em títulos, está fechada no momento para o Brasil.

Os fundos de capital estrangeiro foram os que mais sofreram com a crise financeira internacional. Desde junho de 1998, estão apresentando saldo negativo e até novembro ficaram no vermelho em US\$ 3,7 bilhões.

Restaria ao Brasil a possibilidade de empréstimos em moeda. Mas, neste caso, o esforço brasileiro é para a renovação dos créditos que estão vencendo, pois ainda não se visualiza a abertura do mercado para a contratação de novas operações de financiamento.

O chefe do Departamento Econômico do BNDES, Fábio Giambiagi, acredita que, se o Brasil fizer o ajuste fiscal a que se propôs e os investidores estrangeiros perceberem com clareza os avanços realizados, os créditos poderão ser renovados mais facilmente a partir do segundo semestre deste ano. "Tudo vai depender do ajuste fiscal, que precisa estar aprovado até março", afirmou. "É preciso adaptar o tempo político ao tempo econômico."

Se os investimentos estrangeiros diretos de US\$ 18,8 bilhões previstos oficialmente para este ano forem deduzidos dos US\$ 58,850 bilhões necessários para o financiamento das contas externas, ainda faltarão US\$ 40 bilhões que terão de sair de algum lugar. As reservas internacionais líquidas do Brasil, ou seja, sem in-